

Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos

Poverty and social inequality: social and historical foundations

Luciene Ferreira Mendes de Carvalho*

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo a análise da pobreza e desigualdade social na sociedade capitalista contemporânea, demonstrando os seus aspectos estruturais, considerados a partir da lógica de reprodução do capital. Apresenta uma análise crítica e histórica acerca da pobreza e da desigualdade social, fundamentada no método materialista dialético elaborado por Karl Marx. Nesse sentido, compreende os processos históricos a partir dos modos de produção social, ou seja, da forma como os homens se organizam para produzir os bens necessários à satisfação de suas necessidades, sendo, portanto, o trabalho humano uma categoria central. Inicialmente, apresentam-se as formas de organização societária pré-capitalistas, determinadas pelo primitivismo, escravidão e feudalismo, a fim de evidenciar que a pobreza e a desigualdade social são construções sociais e históricas e nesse sentido, compreender os percursos trilhados para se chegar ao momento atual. Em seguida, evidencia-se o modo de produção capitalista, demonstrando que a pobreza e a desigualdade social são inerentes à lógica da acumulação, portanto são geradas e não dadas naturalmente.

Palavras-chave: Pobreza; Desigualdade Social; Trabalho; Capitalismo.

Abstract – The present work has the objective of analyzing poverty and social inequality in contemporary capitalist society, demonstrating its structural aspects, considered from the logic of reproduction of capital. It presents a critical and historical analysis of poverty and social inequality, based on the dialectical materialist method elaborated by Karl Marx. In this sense, it understands historical processes from the modes of social production, that is, from the way men organize themselves to produce the goods necessary to satisfy their needs, and therefore, human work is a central category. Initially, the pre-capitalist forms of societal organization, determined by primitivism, slavery and feudalism, are presented in order to show that poverty and social inequality are social and historical constructions and, in this sense, to understand the current moment. Next, the capitalist mode of production is shown, demonstrating that poverty and social inequality are inherent in the logic of accumulation, so they are generated and not given naturally.

Keywords: Poverty; Social inequality; Work; Capitalism.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Coordenadora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA e docente da pós-graduação em Família e Políticas Públicas. *Correspondência:* Avenida Prof. Valter Alencar, n. 665 – Bairro São Pedro – Teresina /Piauí – CEP: 64019-625. *Email:* <lufmcarvalho@hotmail.com>.

Introdução

O referido artigo possui como objetivo analisar a pobreza e a desigualdade social na sociedade capitalista contemporânea, partindo das questões fundantes que demarcam estruturalmente as características deste modo de produção. O trabalho é resultado de uma revisão de literatura e está estruturado da seguinte forma: introdução, dois itens intitulados: *a pobreza nos modos de produção pré-capitalistas* e *a pobreza no modo de produção capitalista*, além das considerações finais.

A relevância e atualidade da temática estão em promover uma reflexão a partir de uma perspectiva crítica e histórica, ancorada no método materialista dialético de Karl Marx, que contribui para a desmistificação da pobreza e da desigualdade enquanto fenômenos naturais, compreendendo assim, os limites existentes nas suas formas de enfrentamento. Nesse sentido, proporciona uma análise diferenciada acerca da atual realidade social e estimula as ações necessárias à sua transformação.

A pobreza nos modos de produção pré-capitalistas

Ao iniciar tratando da pobreza nos modos de produção pré-capitalistas, pretende-se evidenciar os antagonismos e as contradições sociais existentes já a partir dos processos fundantes da sociedade capitalista, destacando o modo violento como esta sociedade se estrutura por meio da apropriação do trabalho, de forma a possibilitar uma compreensão histórica do fenômeno da pobreza.

Não é possível afirmar exatamente o período de surgimento da pobreza no mundo. Contudo, está evidente que esse fenômeno acompanha o ser humano desde suas origens. Segundo Mandel (1982, p.16), a história representa uma pequena parte da vida humana na Terra. Ela foi precedida pela pré-história:

Durante a maior parte da sua existência pré-histórica, o homem viveu em condições de extrema pobreza. Os homens só podiam encontrar a alimentação necessária à sua subsistência pela caça, a pesca e a colheita de frutos. A humanidade viveu como parasita da natureza, visto que não aumentava os recursos naturais que se encontravam na base da sua subsistência. Não tinham qualquer controle sobre estes recursos.

As comunidades primitivas subsistiram muitos anos. Como dito anteriormente, por conta da escassez proveniente do parco desenvolvimento das forças produtivas, os homens se organizaram a partir da disponibilidade dos bens necessários na natureza. Nessa forma de organização social predominava a coleta de alimentos a partir do que estava disponível nas florestas. Quando se esgotavam as possibilidades naturais em determinado local, os

grupos partiam em busca da sobrevivência em outros campos. Segundo Bizerra (2016), nas antigas relações comunais não existiam diferenças sociais internas, propriedade privada, classes sociais e nenhum vestígio de dominação econômica e política.

Nas comunidades primitivas sem classes, as funções administrativas eram desenvolvidas pelos cidadãos coletivamente. Cada membro participava das assembleias e tomava suas decisões sobre a vida coletiva e às relações comunitárias, bem como decidiam acerca de conflitos internos (MANDEL, 1982), ou seja, a sociedade por meio de seus conhecimentos e possibilidades limitadas exercia o poder de governabilidade sobre si mesma. Destaca-se, durante essa fase da história, a vivência da sociedade em coletividades e a total inexistência da instância do Estado.

Tinha-se, de fato, uma sociedade fundada em um ambiente primitivo onde a divisão do trabalho era apenas espontânea, revelando-se como uma extensão da divisão que ocorria no interior da família, e se realizava para possibilitar a produção necessária às tribos. Nela, cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa no ato de trabalho - os homens possuem as armas e os materiais para a caça e para a pesca; as mulheres são donas dos utensílios caseiros - e a divisão das tarefas não anula a autonomia dos indivíduos. Todos trabalhavam, logo também usufruíam igualmente, sob um regime de distribuição direta dos produtos, dos frutos do trabalho. Viviam - seja na África, na Ásia ou nas Américas - uma vida comunitária. Predominando a colaboração e a união dos esforços, tudo era realizado de maneira coletiva. (BIZERRA, 2016, p.37).

Aqui merece destaque o fato de que o baixo desenvolvimento das forças produtivas vinculado à condição de escassez colocava os homens em condição de extrema pobreza, dificultando muito a sua sobrevivência. Visando enfrentar tal adversidade, na comunidade primitiva todos trabalhavam e todos usufruíam do produto desse trabalho.

A situação de escassez só passa a ser modificada a partir do surgimento de técnicas de utilização do solo e de criação dos animais. Ou seja, no momento que o homem passa a criar seus próprios instrumentos de trabalho e controlar minimamente a produção dos seus meios de subsistência. Assim, movidos por sua capacidade teleológica, desfrutando de mais conhecimento e amparados pelas ferramentas de trabalho produzidas até então, os homens passam a exercer um maior controle sobre a natureza e avançam consideravelmente rumo a transformá-la.

Desta feita, ao tempo em que o ser humano consegue melhorar a sua capacidade de produção, também consegue promover o acúmulo de bens necessários à sobrevivência e com isso altera as relações sociais estabelecidas entre os homens. O excedente da produção surge a partir da potencialização da capacidade humana pelo trabalho e ao mesmo tempo gera uma nova riqueza social. Para Mandel (1982, p.17),

O aparecimento de um largo excedente permanente de víveres transformou as condições da organização social. Enquanto este excedente foi relativamente pequeno e disseminado pelas aldeias, não modificou a estrutura igualitária da comunidade aldeã [...]. Mas quando estes excedentes são concentrados em grandes espaços pelos chefes militares ou religiosos, ou quando se tornam mais abundantes na aldeia graças à melhoria dos métodos de cultura, podem então criar as condições para o aparecimento de uma desigualdade social.

Nesse sentido, a partir do momento que surge o excedente da produção surge também uma parte da população que não precisa produzir para se manter. Dá-se assim, uma divisão social e econômica do trabalho. Nestes termos, apenas alguns terão que trabalhar para garantir a sobrevivência de todos e quando esse excedente produzido é apropriado por um determinado grupo de pessoas diz-se que surgem as classes.

Dessa forma, a partir do surgimento do excedente ocorre uma redução da condição de escassez da população, entretanto, o acúmulo desse excedente inaugura a possibilidade para que haja a exploração dos homens entre si. Isto é, surgem aqueles que produzem riqueza e aqueles que apenas a acumulam. Dessa maneira, evidencia-se que a partir da capacidade de produção do excedente econômico instaura-se a lógica da exploração dos homens, uns pelos outros. Diferentemente das comunidades primitivas, nas quais os indivíduos possuíam como objetivo comum a sobrevivência coletiva, o surgimento da exploração do homem pelo homem institui as contradições e antagonismos sociais que fundam a desigualdade social. Torna-se, assim, compensador escravizar seu semelhante.

Nos dizeres de Marx (1996), o momento da acumulação primitiva representa na Economia Política um papel semelhante ao pecado original na Teologia. Ou seja, Deus advertiu Adão e Eva de que não deveriam comer do fruto proibido do Jardim do Éden, sob pena de perecerem. Contudo, eles desobedeceram às ordens e, como castigo, dentre outros, foram condenados a obter seu sustento a partir, somente, do seu próprio suor. O sustento deveria ser obtido por meio de trabalho penoso e fatigante. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até os dias atuais, só possui a possibilidade de vender sua capacidade de trabalho, garantindo a riqueza de poucos, que há muito tempo pararam de trabalhar.

Segundo Lessa; Tonet (2011, p.53), “as primeiras sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem foram as escravistas e as asiáticas”. O modo de produção asiático era uma forma primitiva de exploração do homem pelo homem. A classe dominante (a casta dominante na Índia, os mandarins na China, etc.) por meio da cobrança forçada de impostos, apoderava-se das riquezas produzidas nas aldeias (LESSA; TONET, 2011).

Consoante Netto; Braz (2012), o surgimento do excedente econômico e a sua apropriação por aqueles que passaram a explorar os pro-

dutores diretos conduziram à extinção da comunidade primitiva e ao surgimento do modo de produção escravista. Para Bizerra (2016, p.41),

As sociedades escravistas pertencentes ao Mundo Antigo foram marcadas pela existência de duas classes sociais com interesses diametralmente opostos: os senhores de escravos e os escravos. Nessas sociedades o aumento da produtividade não era de interesse destes últimos porque não recebiam a mais pelo seu acrescentamento, chegando, inclusive, a praticarem a sabotagem. Trabalhando com os instrumentos do seu patrão, tinham acesso à apenas uma parcela mínima do produto total de seu trabalho destinada a garantir, de algum modo, sua existência física. Produzindo sob coerção explícita e tendo o excedente do seu trabalho apropriado de forma violenta, os escravos foram explorados pelos seus senhores.

Assim, ao tempo que ocorre o aumento da produtividade do trabalho, acontece também a alteração das relações sociais de produção rumo à posse privada dos meios de produção. Essa propriedade privada divide os membros da sociedade em dois grupos antagônicos e dessa forma funda a sociedade de classes. O surgimento das classes sociais origina o Estado, que constitui-se na principal instituição de manutenção das condições sociais dadas, isto é, legitimador da desigualdade social (MANDEL,1982).

Evidencia-se que no modo de produção escravista, o trabalho era realizado sob coerção e o excedente produzido pelo escravo lhe era extorquido através da força e da violência. Assim, delineiam-se as primeiras formas de poder político, sintetizadas posteriormente, no que será definido como Estado. Afirma-se que o surgimento do Estado se constitui em resultado de um duplo movimento:primeiro, ele é o reflexo do excedente permanente, que desobriga uma parte da sociedade de ter que trabalhar para garantir sua subsistência;depois, promove a exclusão dos membros da coletividade ao restringir a participação de todos nas funções políticas.

Em outros termos é possível ressaltar que o Estado não existiu desde sempre, aliás, as comunidades primitivas não têm ideia nenhuma de Estado. As normas sociais e morais de convivência eram definidas coletivamente. Nos dizeres de Lessa; Tonet (2011, p.54),

Na comunidade primitiva, também existia a autoridade, mas não existia o Estado. Nela, a autoridade, baseada na idade, na sabedoria, na experiência de vida, nos dotes físicos, etc. não estavam a serviço da exploração do homem pelo homem, ao contrário das sociedades de classes, nas quais a autoridade tem por função social o domínio de uma parte da sociedade sobre outra.

Como se nota, é somente a partir de um determinado nível de desenvolvimento econômico que o Estado passa a ser uma necessidade, oriundo da divisão da sociedade em classes. Ou seja, o Estado erige-se no centro do conflito de classes para mediar seus contrastes, exercendo a su-

jeição de uma parte da sociedade sob a outra. O Estado firma-se então enquanto expressão da dominação de uma classe.

Nesse sentido, para garantir essa exploração dos trabalhadores pelas classes dominantes foi necessária a criação tanto do Estado quanto do Direito, ambos funcionando como instrumentos de dominação de classe, pois diante de uma sociedade com interesses antagônicos, faziam-se fundamentais forças regulamentadoras das relações sociais a fim de garantir a ordem social estabelecida (LESSA; TONET, 2011).

A crise do escravismo conduziu ao surgimento do feudalismo que, por meio de um processo de transição lento, só se estruturou plenamente na Europa por volta do século XI. No sistema feudal, a estrutura de classe era polarizada pela classe dominante: senhores feudais de um lado e, de outro, os servos. A propriedade da terra constituía o fundamento da estrutura social.

No feudalismo a sociedade era dividida em três grupos sociais: o clero (membros da Igreja católica), a nobreza (senhores feudais) e os servos (camponeses). Como, neste período, o feudo constituía-se na base econômica, somente quem detinha a terra possuía poder. Assim, o servo ficava subjugado ao senhor feudal e a ele devia obediência, fidelidade além do pagamento de taxas e impostos pelo usufruto da terra e dos instrumentos fornecidos para o trabalho.

Nesse modelo de organização social não existia a possibilidade de ascensão para outra classe, pois a posição do indivíduo era definida pelo nascimento. Nesse sentido, a sociedade feudal era fortemente marcada pela desigualdade social.

Importa destacar, ainda, que a Igreja Católica foi a maior proprietária de terras no período feudal. Em decorrência de uma época religiosa e de um grande prestígio espiritual, a Igreja foi beneficiada com muitas doações de terras, especialmente daqueles homens que buscavam a salvação divina. Pelo fato de realizar obras de assistência aos doentes e pobres, a Igreja também recebeu muitas doações de terras para auxílio nessas causas. Até mesmo nobres e reis, habituaram-se em doar parte das terras conquistadas em batalhas à Igreja. Assim, cerca de um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental eram de propriedade da Igreja Católica nessa época feudal (HUBERMAN, 2014). Em síntese, nos termos de Singer (1994, p.17):

O modo de produção feudal baseava-se na servidão: os trabalhadores, em sua maioria camponeses vivendo em aldeias, tinham a posse dos meios de produção – terra, gado e instrumentos de trabalho -, mas estavam obrigados a entregar aos senhores uma parte dessa produção, *in natura*, e a trabalhar gratuitamente certo número de dias nas terras senhoriais, cujo produto era apropriado integralmente pela classe dominante, constituída pela nobreza laica e pelo alto clero. A aristocracia estava organizada hierarquicamente: cada senhor tinha vassalos e era por sua vez vassalo de um outro, seu suserano. Em tese, o vassalo devia obediência e lealdade

ao suserano, que lhe dispensava proteção. O suserano supremo em cada país era o monarca (rei ou imperador). Nesse sistema, todas as posições eram hereditárias. Era, portanto, um sistema fechado: nele só se entrava pelo nascimento, e dele só se saía pela morte. Os servos não podiam abandonar os domínios, a não ser com o consentimento do senhor. Qualquer pessoa nascida de servos estava condenada a viver na mesma aldeia e na mesma condição social de seus pais.

Nestes termos, o clero e a nobreza constituíam as classes governantes, detentoras de poder. Enquanto que os servos eram obrigados a trabalhar para a manutenção de todos. No início da sociedade feudal, tudo que a sociedade necessitava era obtido no feudo, da alimentação ao vestuário. Ou seja, inicialmente, o sistema feudal fabricava conforme suas necessidades e consumia seus produtos. No entanto, importa considerar que sempre ocorreu uma troca de mercadorias entre as pessoas, pois, eventualmente, alguém carecia de produtos que há outros sobrava. Nesse sentido, o incentivo à produção de excedentes pelos servos ou artesãos ganhou novo impulso a partir do desenvolvimento do comércio.

Desta feita, como consequência da produção do excedente, as trocas foram intensificadas e o comércio floresceu. Com o tempo ocorreu o maior desenvolvimento do comércio, especialmente estimulado pelo consumo de mercadorias por parte da nobreza, tendo como moeda de troca o dinheiro, originando uma inovadora forma de riqueza, aquela baseada na acumulação. Além disso, a atividade comercial foi fomentada pelas relações mercantis estabelecidas entre regiões distantes, o que acabou estimulando o surgimento das cidades. Conforme Lessa; Tonet (2011, p.63) “com o comércio e as cidades, surgiram duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses”. Delineia-se assim, as bases do modo de produção capitalista.

Como observado até aqui, ao tratar da pobreza e da desigualdade, faz-se fundamental compreendê-las a partir dos seus fundamentos socio-históricos, pois é apenas por meio desse percurso que é possível desnaturalizar a condição de sua existência e analisar criticamente as formas de seu enfrentamento. O exposto no referido item oportuniza a percepção do vínculo intrínseco entre as determinações econômicas e a pobreza e a desigualdade nos primórdios do capitalismo e evidencia a exploração como elemento central desse modo de produção.

A pobreza no modo de produção capitalista

O surgimento do modo de produção capitalista, por sua complexidade como categoria histórica, social e econômica, não pode ser explicado linearmente, muito menos datado historicamente de maneira precisa. Contudo, afirma Marx (1996, p. 341) que “ainda que os primórdios da produção

capitalista já se nos apresentam esporadicamente em algumas cidades mediterrâneas, nos séculos XIV e XV, a era capitalista só data do século XVI”. De maneira geral, convém considerar como início do período capitalista aquele em que se expressam de forma estável as características que o marcam. Segundo Martinelli (2009, p.31):

Dentre elas, é fundamental localizar aquela que represente o elemento definidor do capitalismo, seu traço distintivo essencial: a posse privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que não os detêm. Esta separação entre meios de produção e produtor e a consequente subordinação direta deste ao dono do capital permitem que se instaure o ciclo de vida do capital, o seu processo de acumulação primitiva.

Conforme Marx (1996), a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Assim, a acumulação primitiva é o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Destaca-se que a estrutura econômica da sociedade capitalista originou-se da estrutura econômica da sociedade feudal e nesse sentido, foi marcada, inicialmente, pela expulsão dos camponeses de suas terras, punindo, violentamente, aqueles que expressassem resistência. A expulsão dos trabalhadores do campo teve como consequência a obrigatoriedade da venda da sua força de trabalho para o capitalista. A sua submissão à condição de assalariamento era a única forma de garantir a sobrevivência. Consoante Singer (1994, p.26),

A solução encontrada pelos governos da época para essa situação foi naturalmente usar a força para induzir o proletariado recém-constituído a vender sua força de trabalho aos capitalistas. Nesse sentido, numerosas leis foram feitas, na Inglaterra, na França e em outros países, do século XVI ao século XVIII, estabelecendo punições exemplares – que iam desde o trabalho forçado até o açoitamento, o corte de metade da orelha, a marcação a ferro em brasa, a escravização e o enforcamento – para qualquer pessoa válida que, sem possuir meios próprios de vida, fosse encontrada sem emprego regular. O trabalho assalariado nasce, portanto, nos albores do capitalismo como trabalho forçado, isto é, não livre.

A partir do exposto, fica evidente que para proteger a propriedade privada e a consolidação do sistema capitalista de produção, o Estado cria diversos dispositivos jurídico-legais de coerção dos trabalhadores. Nesse sentido, evidencia-se sua fundamental importância na constituição do sistema. Nos dizeres de Engels, o Estado é, exclusivamente, o Estado da classe dominante e, nesse sentido, possui como essência a repressão da classe explorada (ENGELS, 2002).

Assim, é possível compreender que no modo de produção capitalista ocorre uma forma peculiar de relações sociais entre os homens: as

relações ancoradas na propriedade privada dos meios de produção. Essas relações acarretam uma contradição essencial do sistema, qual seja: a produção é social, enquanto a riqueza é apropriada privadamente. Nesse sistema, estrutura-se uma nova ordem social, na qual uma minoria das pessoas detém os meios de produção, enquanto a grande maioria possui apenas sua própria força de trabalho.

Conforme Netto (2004), nas sociedades que antecederam a ordem burguesa, as desigualdades e as privações ocorriam em razão do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Já na ordem burguesa, as carências são produzidas socialmente, elas são resultado da contradição existente entre produção coletiva e apropriação privada da riqueza social. Ou seja, é o resultado da acumulação privada de capital, a partir da extração da mais-valia, que ocorre por meio da exploração da força de trabalho por parte dos proprietários dos meios de produção. Para Marx (1996, p. 251):

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital.

Dessa forma, evidencia-se que o próprio desenvolvimento do sistema capitalista gera a desigualdade e a pobreza e quanto mais ele se amplia mais profundas são as marcas da exploração. Portanto, é a acumulação que fabrica a pauperização. Nos dizeres de Marx (2006, p.11):

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Nesse sentido, é possível identificar a contradição estrutural existente no modo de produção capitalista, qual seja, seu crescimento se faz às custas da exploração da classe trabalhadora e esta vivencia um processo de pauperização na mesma proporção em que se concentra a riqueza nas mãos da burguesia. Em síntese, afirma-se que o modo de produção capitalista funda-se na exploração do trabalho. Essa exploração ocorre por parte da classe detentora da propriedade ou dos meios de produção, que é a burguesia. Ao proletariado, produtor direto, cabe apenas à venda da sua força de

trabalho, como mercadoria, para ter acesso aos bens materiais necessários a sua sobrevivência. Para Marx (1996, p. 165),

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece com uma 'imensa coleção de mercadorias' e a mercadoria individual como sua forma elementar. [...]. A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

Com base no supracitado é possível reconhecer a mercadoria como peça fundamental na lógica capitalista. Esse é o sentido geral para gerar riqueza e acumulação em tal modo de produção. A riqueza se constitui na medida em que se acumulam mercadorias. Contudo, convém destacar que para que a mercadoria se realize, é necessário o trabalhador e o processo de trabalho.

Na medida em que o capitalista compra a força de trabalho dos trabalhadores, ele realiza o pagamento de um salário que é correspondente ao valor da sua reprodução. Todavia, a força de trabalho possui uma qualidade ímpar, que a diferencia de todas as outras mercadorias: ela é a única capaz de criar valor, ou seja, é a única mercadoria capaz de gerar outras mercadorias. Nesse sentido, a força de trabalho humano, ao ser utilizada, produz mais valor que o necessário para reproduzi-la gerando um sobrevalor. Esse valor excedente chama-se mais-valia e é apropriado pelo capitalista (NETTO; BRAZ; 2012). Observa-se, assim, que por meio do pagamento do salário o capitalista adquire o direito de utilizar a força de trabalho do operário por um determinado tempo. Contudo, no processo produtivo, o trabalhador produz mais valor que aquele necessário a sua reprodução e gera o lucro.

Desta maneira, evidencia-se que a força de trabalho dura mais tempo que o necessário, pois se não houvesse possibilidade de ganho o capitalista não investiria na compra da força de trabalho. A produção do excedente é que garante o atingimento da finalidade do modo de produção capitalista: obtenção de lucro.

Ainda no que se refere ao processo de exploração do trabalho, é possível dizer que o trabalho assalariado dissimula a exploração, diferenciando-se do trabalho servil e do escravo que a evidenciavam imediatamente. Percebe-se que existe uma tentativa de convencer os trabalhadores que o salário é a remuneração justa pela mão de obra do operariado, entretanto, o que realmente importa para o capitalista é o excedente produzido e para alcançá-lo utiliza-se tanto da extensão da jornada de trabalho quanto da intensificação do processo produtivo por meio das inovações tecnológicas (NETTO; BRAZ, 2012).

Conforme Martinelli (2009), no final do século XVIII e o início do XIX, durante o período da Revolução Industrial, o capitalismo consolidou-se plenamente e as invenções tecnológicas, como a máquina a vapor e o tear mecânico estabeleceram uma nova dinâmica à produção, estimulados pelo amplo desenvolvimento das indústrias. Durante o período da Revolução Industrial deu-se um crescente aumento na produção em decorrência do próprio processo de industrialização, contudo, simultaneamente elevavam-se as disparidades sociais e o antagonismo entre as classes, evidenciando claramente a exploração intensiva posta aos trabalhadores.

As condições de trabalho que caracterizam o período da revolução industrial foram assustadoras. Os operários possuíam jornadas de trabalho diárias entre 12 e 18 horas, enfrentavam muitas doenças em decorrência da insalubridade ao qual estavam expostos, também estavam submetidos ao risco permanente de acidentes de trabalho, pois lidavam com máquinas de grande porte que promoviam mutilações e até mesmo a morte. O salário dos aprendizes, mulheres e crianças eram deprimentes, bastante inferiores ao que era pago aos operários.

À medida que as máquinas eram inseridas na produção industrial, vai tornando-se desnecessária a força física e exigindo-se, cada vez mais, uma mão-de-obra dotada de maior flexibilidade corporal. Nesse sentido, tornava-se apropriado a utilização de mulheres e crianças nas fábricas. Para Marx (1996, p. 28), “O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folgado infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico [...]”. As condições de trabalho as quais as crianças estavam submetidas eram desumanas e degradantes. O recrutamento de crianças para o trabalho representava uma alternativa muito rentável ao capitalista por tratar-se de mão-de-obra barata e muito obediente, adequando-se facilmente ao exigido. Ainda no que diz respeito à utilização de crianças no trabalho, salienta-se que mesmo em ambientes que elas não eram tão maltratadas fisicamente, a própria natureza do trabalho já era suficiente para lhes causar danos irreparáveis.

As características do referido sistema produtivo exibem a brutalidade da lógica capitalista com a classe trabalhadora, no período da Revolução Industrial. Considerando ainda, que toda essa barbaridade era direcionada às crianças, os agravantes são bem maiores. Nesse período, a despeito da evolução tecnológica e do crescimento econômico, ocorreram transformações substanciais no modo de exploração da classe trabalhadora e no modo de vida desses sujeitos.

Os trabalhadores eram obrigados a se submeter a extensas jornadas de trabalho e a péssimas condições de vida. Toda a crueldade tem uma razão de ser: a produção de mais-valia. Sem a apropriação dessa energia corpórea liberada no ato da produção de mercadoria, quer mediada pelas máquinas, ou não, a economia capitalista não se efetiva.

A partir da compreensão da exploração da classe trabalhadora percebe-se o quanto é injusta a lógica desse modo de produção. Essencialmente, manifesta-se a contradição do capitalismo e faz-se notório que a desigualdade é um elemento indispensável a esse sistema. O modo de produção capitalista possui a desigualdade como fundamento no sentido de garantir sua expansão.

A forma típica da reprodução no modo de produção capitalista é a reprodução ampliada. Nesse formato, o capitalista usa apenas uma parte da mais-valia para sanar gastos; outro montante é convertido novamente em capital, ou seja, é direcionado para a ampliação de sua produção. “Essa conversão de mais-valia em capital caracteriza a reprodução ampliada, que realiza a *acumulação de capital*. [...] A acumulação é vital para o modo de produção capitalista” (NETTO; BRAZ, 2012, p.139 – grifos no original).

Essa acumulação de capital promove um impacto considerável sobre a classe trabalhadora, qual seja: a existência de um grande contingente de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho, os ditos sobrantes ou desempregados. O que Engels definiu como exército industrial de reserva. Assim, à medida que se dava a acumulação a maior quantidade de capital era aplicado na compra dos meios de produção, enquanto um percentual bem menor era direcionado para a procura da força de trabalho. Desta forma, erigiu-se uma massa de indivíduos que dificilmente eram absorvidos para o trabalho, favorecendo o ciclo de ampliação do capital e contribuindo para a manutenção da exploração e dos baixos salários aos que se encontravam ativos.

Acumular capital significava acumular o proletariado. A superpopulação é fundamental ao capitalista, pois contribui diretamente para o seu desenvolvimento, já que a existência de uma massa de indivíduos sempre disponíveis serve para as necessidades variáveis de expansão de seu capital e alimenta a concorrência entre os trabalhadores. Esses operários excedentes funcionam como arrefecedor das reivindicações e ainda promovem a contenção dos salários (MARTINELLI, 2009).

Em concordância com essa discussão Iamamoto; Carvalho (2012) destacam que o interesse do capital é ampliar a exploração da força de trabalho, e assim absorver um valor a mais do que investiu nessa mercadoria no início da produção, sendo assim a existência dessa superpopulação, que se apresenta através de diversas categorias, tais como, flutuante, latente, intermitente e o lumpemproletariado, possibilita ao capitalista alargar as suas taxas de lucratividade.

Diante da discussão em torno do pauperismo e da formação de uma superpopulação em paralelo ao crescimento econômico, Marx; Engels (1998, p.264-265), compreendem que:

O pauperismo é a consequência fatal do sistema capitalista. A sua produção está compreendida na do excesso relativo da produção [...]. Quanto

mais aumenta a reserva, comparativamente ao exército do trabalho, mais aumenta também o pauperismo oficial [...]. A condição do trabalhador deve piorar à medida que o capital se acumula; de tal sorte que, acumulação de riqueza por um lado, significa acumulação igual de pobreza, de sofrimento, de ignorância, de embrutecimento, de degradação física e moral, e de escravidão por outro, ou seja, do lado da classe que produz o próprio capital.

Reforça-se o entendimento de que a propagação de uma massa de trabalhadores excluído do mercado de trabalho é resultado da própria dinâmica de reprodução do capital. Cabe destacar, que essa superpopulação é acrescida na medida em que o processo de acumulação se desenvolve, ou seja, forma-se em paralelo ao crescimento econômico. À proporção em que cresce essa camada excedente, aumenta o pauperismo, visto que, o acesso aos bens materiais necessários à manutenção da vida é restrito. A produção por mais que seja socialmente produzida é apropriada de forma desigual pelos detentores do capital. Por um lado, ocorre uma intensa concentração de riqueza nas mãos de poucos, por outro, a concentração da pobreza em grande parte da sociedade, conforme Marx; Engels (1998).

Diante dessa discussão, Martinelli (2009, p.18-19), salienta que o progresso capitalista, “se fizera à custa da exploração da classe trabalhadora, cujo processo de pauperização caminhará com a mesma intensidade em que se dera a concentração da riqueza nas mãos da burguesia”. À medida que o processo de acumulação do capital expande produz-se em paralelo a situação de extrema pobreza.

Assim, está posto o fundamento do desenvolvimento capitalista, qual seja: a existência de um vínculo essencial entre a produção de riqueza e a produção de pobreza. Compreende-se que a reprodução da pobreza é fundamental para o avanço do sistema, pois quanto maior for a quantidade de riqueza socialmente produzida, maior será o nível de acumulação para um pequeno percentual de detentores do capital, consequentemente, aumenta-se também o número de pauperizados que não usufruem da riqueza socialmente produzida. Em uma sociedade de classes, tal qual a capitalista, o trabalho contrai aspectos de contrariedade e, através das relações de exploração, o mesmo trabalho que cria riqueza, também produz pobreza e desigualdade social.

Considerações Finais

O exposto no referido artigo evidencia os vínculos intrínsecos existentes entre as determinações econômicas e a pobreza e a desigualdade desde os primórdios do capitalismo, destacando a exploração da classe trabalhadora como aspecto basilar desse modo de produção. Apresenta ainda,

o Estado como instrumento imprescindível à consolidação da lógica dominante.

Nestes termos, a presente discussão contribui com a compreensão acerca dos limites ante o enfrentamento da problemática analisada, na realidade contemporânea. Infere-se que o Estado, enquanto promotor das políticas públicas, pode minimizar os efeitos da precária condição de vida da população, todavia, afirma-se que a pobreza e a desigualdade social não podem ser extintas sem que sejam alterados seus aspectos geradores. Desta feita, faz-se fundamental a substituição do sistema capitalista por um modo de produção ancorado em valores tais quais os da justiça social e da igualdade.

Referências

BIZERRA, F. de A. *Estado e capital: uma coexistência necessária*. 1. ed. Maracajó: Coletivo Veredas, 2016.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI*. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2012

LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MANDEL, E. *Introdução ao marxismo*. 4.ed. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Coleção obra prima de cada autor. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NETTO, J. P. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. Temporalis, n.3, 2 ed. Brasília, 2004.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012

SINGER, P. *A Formação da Classe Operária*. 14ª. Ed. rev. ampl. São Paulo: Atual, 1994.

DOI:10.12957/rep.2018.36689

Recebido em 23 de abril de 2018.

Aceito para publicação em 11 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.